Reflexão

BRASIL: CAMPEÃO MUNDIAL DA PRESERVAÇÃO



Luiz Carlos Corrêa Carvalho*

A ***AGROANALYSIS*** vol. 34, nº 06, de junho último, trouxe uma interessante entrevista com Evaristo de Miranda, coordenador do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) da Embrapa. Na matéria, ele afirma que 34,3% da área total do Brasil são preservados, ou seja, dos 850 milhões de hectares totais, o agronegócio utiliza 291,54 milhões de hectares. Países de dimensões continentais como China, Estados Unidos, Rússia e outros, com áreas territoriais acima de 200 milhões de hectares, protegem uma taxa menor de 9%. Somos, pois, campeões mundiais da preservação!

Na Copa do Mundo de futebol, ficamos em 4º lugar, mas, em preservação da natureza, somos "*top*" global. Como podemos interpretar o significado dessa constatação? Pode ser o fato de que os escassos recursos globais, quando comparados aos disponíveis no Brasil, são bem menos usados com foco na organização da natureza. É exatamente isso?

Como um gigantesco organismo vivo e em contínua mudança, o planeta Terra não segue uma administração ou regulação única. Como desenvolvem seus próprios modelos, os padrões de cada país encaixam-se nas suas visões de uso do espaço territorial. Nesse sentido, o esforço do setor produtivo para se enquadrar no Código Florestal brasileiro não encontra similar no mundo. Ele banca sozinho um custo para gerar um impacto favorável global, e não somente nacional.

O mundo desenvolvido cobra sustentabilidade, depois de ter derrubado quase todas as suas florestas e sem uma legislação ambiental tão rigorosa como a nossa. Esse fato, largamente conhecido, chega com dificuldade ao cidadão urbano brasileiro, influenciado pelas pressões externas que caracterizam o Brasil como país derrubador florestas. Indagamos, assim, se seria o Brasil um tipo de campeão moral.

O Brasil diminuiu, de 1985 até hoje, de acordo com os censos agropecuários realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma média de 2 milhões de hectares por ano. Isso corresponde à área total plantada com grãos no País. Esses hectares foram ocupados por reservas indígenas, parques, unidades de conservação, áreas de preservação permanente, recursos naturais, infraestrutura e urbanização, dentre outras.

Então, a questão de perder e não incorporar novos territórios é a essência da perspectiva da oferta, além das rupturas tecnológicas e os ganhos de produtividade das atividades agropecuárias. Desse modo, o dogma de que o agronegócio é um frequente roubador de espaços não encontra sustentação. Na verdade, entre 1976 e 2010, segundo a Embrapa, a área plantada com grãos cresceu 27%, enquanto a produção aumentou 273%!

No Brasil, a preservação e a manutenção do meio ambiente, tendo poupado áreas sensíveis de flora e fauna, mostram o papel importante realizado pelo agronegócio quando se acrescenta a sua participação na matriz energética limpa nacional.

No entanto, diferentemente de ter essa posição valorizada, o dogma referido neste texto cria articulações, gerando grande insegurança jurídica. Quilombolas e áreas indígenas pressionam de forma subversiva a lógica jurídica, com uma expansão sem suporte na Constituição de 1988. Vale, assim, ressaltar o que disse Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA): "caberá à Corte, blindada contra a ação de grupos de pressão e ao largo de interesses ideológicos, analisar o tema e dar-lhe o mais acertado encaminhamento".

Ressalta-se, assim, que a realidade mostra que há, no Brasil, em curso, o oposto da expansão de áreas, com efetivas reduções anuais. Isso dificulta muito e coloca em dúvida as projeções da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) de que o Brasil deverá responder por 40% da expansão da oferta de alimentos até meados do século XXI. ■

* Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)